

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2022
(Do Sr. Lucas Gonzalez)

Requer a redistribuição do Projeto de Lei nº 3.072 de 2021, para análise de mérito na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC).

Apresentação: 21/09/2022 16:05 - Mesa

REQ n.1389/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 32, inciso V, alínea "b", combinado com o art. 17, inciso II, alíneas "a" e "c"; art. 53, inciso I; e art. 139, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), a revisão do despacho relativo ao PL nº 3.072 de 2021, que "estabelece norma para a colocação de barreiras de proteção nas praças de pedágios das rodovias do país", para que seja também analisado – quanto ao mérito – pela Comissão de Defesa do Consumidor (CDC).

Inicialmente, por meio de despacho exarado no dia 29 de julho de 2019, foi determinada a distribuição desta matéria às Comissões de Viação e Transportes e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

No entanto, em função da competência e pertinência temática da Comissão de Defesa do Consumidor, entendemos que esta matéria também deve ser ali apreciada. Isso porque cabe à CDC tratar, dentre outros assuntos, das relações de consumo e medidas de defesa do consumidor (art. 32, inciso V, alínea "b", RICD).

JUSTIFICATIVA

O Projeto foi apresentado à Câmara dos Deputados em 02/09/2021 com o seguinte texto:

Art. 1º – As praças de pedágio serão obrigadas a implantar de barreiras de proteção de impacto em frente ao muro de separação das cabines de cobrança.

§ 1º As barreiras que trata o caput deste artigo devem ser de material, flexível, que diminua o impacto contra o muro de proteção já existente.

* C D 2 2 3 5 4 6 8 5 2 6 0 0 *



Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O projeto prevê que sejam construídas barreiras de proteção de impacto em frente ao muro de separação das cabines de cobrança de pedágio. A medida resultará em um aumento tarifário dos pedágios, afetando diretamente as relações entre fornecedores e consumidores deste serviço.

Por essa razão, há pertinência temática da Comissão de Defesa do Consumidor, uma vez que a matéria altera relações de consumo, enquadrando-se no art. 32, inciso V, alínea “b”, RICD. Assim, em razão da competência temática para o monitoramento de políticas públicas relacionadas às pessoas idosas, é necessária a redistribuição da matéria para Comissão de Defesa do Consumidor.

Pelo exposto, fundamentado nos dispositivos regimentais, solicito o deferimento deste requerimento.

Sala das Sessões, em de setembro de 2022.

Dep. Lucas Gonzalez

NOVO - MG

